

FARMÁCIA (D)E MANIPULAÇÃO: O DISCURSO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA EM UMA ABORDAGEM PRAGMÁTICA

*Pharmacy and Manipulation: the pharmacy industry discourse in a
pragmatic approach*

Raquel Praconi PINZON

Programa de Pós-Graduação em Letras

Universidade Federal do Paraná

raquelpraconipinzon@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-9361-2256>

Rodrigo BUENO

Centro de Ciências Cognitivas

Universidade de Neuchâtel

ruod_rik@ymail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4085-2091>

RESUMO: Trabalhos recentes em pragmática cognitiva evidenciam como a pandemia de Covid-19 resultou em uma série de fenômenos do interesse tanto das Ciências da Saúde quanto das Ciências Sociais e Humanas, suscitando a necessidade de integrar diferentes orientações acadêmicas em uma guinada interdisciplinar. Este trabalho propõe um estudo preliminar sobre o discurso da indústria farmacêutica, inserindo-se na perspectiva contemporânea da pragmática cognitiva e partindo de uma abordagem teórica e de análise de *corpus*. Serão integradas a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, [1986]1995) e seus desdobramentos: a Epidemiologia das Representações (SPERBER, 1985) e a Vigilância Epistêmica (SPERBER *et al.*, 2010). À luz da Teoria da Relevância, pode-se elucidar o processo interpretativo de um indivíduo/audiência que se depara com enunciados da indústria farmacêutica; a Epidemiologia das Representações auxilia na compreensão dos processos de distribuição de informações e representações culturais oriundas dessa indústria; e a Vigilância Epistêmica concerne à dimensão socio-cognitiva dos mecanismos de filtragem que avaliam a confiabilidade das informações e suas fontes. A proposta de uma perspectiva da pragmática cognitiva pretende contribuir para a ampliação do estudo do discurso da indústria farmacêutica e para uma maior explicitação sobre se tratar de um discurso de saúde, propaganda ou manipulação.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso da indústria farmacêutica; Manipulação; Pandemia de Covid-19; Pragmática.

ABSTRACT: Recent works in cognitive pragmatics have demonstrated how the COVID-19 pandemic resulted in a number of phenomena that matters both to health sciences and to humanities and social sciences, raising the need to integrate different academic orientations in an interdisciplinary shift. This work proposes a preliminary study on the pharmaceutical industry discourse, within the contemporary perspective of cognitive pragmatics, and starting from a theoretical approach and *corpus* analysis. The Relevance Theory (SPERBER; WILSON, [1986]1995) and its further developments are integrated: the Epidemiology of Representations (SPERBER, 1985) and the Epistemic Vigilance (SPERBER *et al.*, 2010). In light of the Theory of Relevance, one can explain the interpretative process of an individual/audience who faces statements from the pharmaceutical industry; the Epidemiology of Representations helps to understand the distribution processes of information and cultural representations arising from this industry; and the Epistemic Vigilance concerns the social-cognitive dimension of filtering mechanisms that assess the reliability of the information received and its sources. The proposal of a cognitive pragmatic perspective intends to contribute to expanding both the study of the pharmaceutical industry discourse and the clarification about whether it is a discourse on health, advertising, or manipulation.

KEY WORDS: COVID-19 pandemic; Manipulation; Pharmaceutical industry discourse; Pragmatics.

ABSORÇÃO: OS ESTUDOS DA LINGUAGEM PODEM CONTRIBUIR PARA OS ESTUDOS FARMACÊUTICOS?

A pergunta acerca da contribuição dos estudos da linguagem para os estudos farmacêuticos pode ser respondida em ao menos dois sentidos, um *stricto sensu* e um *lato sensu*: se pensarmos, por exemplo, na farmacologia e na produção de medicamentos, a resposta tende a ser não, os estudos linguísticos não teriam contribuições significativas para os estudos farmacêuticos, exceto pela constatação óbvia de que os processos de produção de medicamentos requerem o uso da linguagem; se pensarmos, contudo, em sentido *lato*, considerando os estudos farmacêuticos como uma ciência da saúde socialmente integrada, que se insere inevitavelmente nas dinâmicas sociais e na manipulação de comportamentos humanos, sobretudo via linguagem, então a resposta tende a ser sim, os estudos da linguagem podem contribuir para o aprimoramento dos estudos farmacêuticos. Nesse sentido é que propomos este estudo, nos parâmetros da linguística aplicada, do discurso da indústria farmacêutica em uma abordagem pragmática.

Embora seja uma importante área científica e industrial, e ainda que existam várias pesquisas sobre a publicidade de medicamentos e a corrupção na indústria farmacêutica, essa área não vinha recebendo suficiente atenção dos estudos da linguagem. Contudo, com a pandemia de Covid-19, o interesse da população pelos temas relacionados à saúde aumentou exponencialmente, assim como o interesse de diversas ciências. Na esfera dos estudos da linguagem, mais especificamente nos estudos circunscritos à pragmática linguística, alguns autores utilizaram o contexto da pandemia de Covid-19 para analisar paralelos entre uma epidemiologia da disseminação de doenças e uma epidemiologia da disseminação de informações (BUENO, 2022), entre a comunicação oficial e o fenômeno da desinformação pelas notícias falsas (ANDERSEN; GODOI, 2020) e entre os tipos de argumentação emergentes da epidemia de desinformação que agravou a pandemia de Covid-19 (OSWALD *et al.*, 2022).

De modo complementar às pesquisas mencionadas, este estudo dedica maior atenção ao discurso da indústria farmacêutica. Para tanto, consideramos aqui o que tem sido reiteradamente afirmado por alguns estudiosos da linguagem (ROCCI; DE SAUSSURE, 2016; BIRNER, 2013; LEECH, 1983; LEVINSON, [1983]2008; VERSCHUEREN, 1999) sobre não ser possível compreender a natureza da linguagem sem entender como ela é usada para a comunicação, ou seja, sem entender a pragmática. Essa é a motivação em propormos uma perspectiva pragmática para o estudo do discurso da indústria farmacêutica.

Entre as alternativas para a abordagem discursiva propostas por de Saussure (2007), está a abordagem da pragmática cognitiva, pela qual um discurso pode ser explicado como “uma produção sequencial de mudanças nas crenças do interlocutor, sendo, portanto, um subproduto da comunicação humana e basicamente o resultado do funcionamento dos sistemas cognitivos” (DE SAUSSURE, 2007, p. 157, tradução nossa). Um panorama semelhante é apresentado por Blakemore (2001), e é essa a alternativa pragmática que adotaremos para o desenvolvimento da análise apresentada neste estudo.

Por sua vez, tal como praticada pelos farmacêuticos e pesquisadores, a farmácia é a ciência que tem como objetivo o estudo dos fármacos e dos indivíduos que os utilizam (SOUZA, 2015). Por essência, o papel social da farmácia é produzir medicamentos e torná-los disponíveis à população (BRODIE, 1981). Da perspectiva científica, a farmácia inclui a pesquisa básica (desenvolvimento de novas dosagens ou modalidades de administração de medicamentos), a pesquisa clínica (eficácia, segurança e farmacocinética das drogas) e a pesquisa da prática farmacêutica (gestão da qualidade e farmacoeconomia). A farmácia clínica é a área da farmácia dedicada à ciência e à prática do uso racional de medicamentos; ela também se define como os estudos relacionados aos seres humanos, incluindo todas as etapas experimentais do desenvolvimento de novas drogas (KOSHMAN; BLAIS, 2011). Assim, a preocupação com o bem-estar das pessoas está (ou deveria estar) no cerne das atividades farmacêuticas, tanto na perspectiva social quanto na perspectiva científica.

Entretanto, como relatado pelo Conselho Regional de Farmácia de São Paulo (CRF-SP) em 2023, com a crescente industrialização na segunda metade do século XX, os novos padrões na sociedade de consumo e os interesses econômicos e políticos, os medicamentos passaram a ser vistos como produtos industriais. Ainda, com os investimentos publicitários, o público começou a conceber os medicamentos como bens de consumo capazes de resolver todos os problemas (CRF-SP, 2023).

Publicado em 2021, o Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico traz um panorama da indústria farmacêutica em 2019, relatando que a venda de medicamentos no Brasil gerou um faturamento de 85,9 bilhões de reais naquele ano, o que representa um aumento de 7,9% em relação a 2018 (SCMED, 2021). Em estudo divulgado também em 2021, o Conselho-Executivo das Normas-Padrão (Cenp) identificou que o setor farmacêutico se destacou entre os maiores anunciantes do Brasil e representou 6,8% do investimento publicitário do país, totalizando 9,97 bilhões de dólares entre 2019 e 2020.

Contudo, diferente de bens de consumo comuns, medicamentos são bens de saúde que contribuem para o aumento da expectativa de vida, com capacidade de alterar a composição demográfica das populações (SATO, 2002). Ao mesmo tempo, porém, seus efeitos adversos e contraindicações podem causar prejuízos à saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) concebe o uso irracional de medicamentos como um problema global, estimando que mais de 50% de todos os medicamentos são prescritos ou vendidos de forma inadequada. Além disso, a OMS revela que metade dos pacientes não os utiliza de forma correta (WHO, 2023). Um exemplo de uso irracional de medicamentos é a automedicação inapropriada, capaz de causar consequências como intoxicação, alergias, dependência, resistência a fungos e bactérias e até mesmo o óbito (BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE, 2012). Uma pesquisa de 2019 realizada pelo Datafolha mostrou que 77% dos brasileiros havia se automedicado nos seis meses anteriores ao estudo, e 25% dos entrevistados disseram utilizar medicamentos por conta própria todos os dias ou ao menos toda semana (COLLUCCI, 2019).

Assim, com base no relatório encomendado pelo Cenp (2021, p. 6), a publicidade representa: a) para as organizações empresariais, a possibilidade de “estimular a competitividade entre as empresas ao fornecer diversidade de produtos e serviços ao consumidor”; e b) para os consumidores, “uma forma de disseminação de informação e estímulo à adoção de novos comportamentos”. Partindo dessas observações, podemos derivar a ideia de que a publicidade de produtos farmacêuticos também é uma das causas da automedicação.

Conforme a Política Nacional de Medicamentos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 11), “o processo indutor do uso irracional e desnecessário de medicamentos e o estímulo à automedicação, presentes na sociedade brasileira, são fatores que promovem um aumento na demanda por medicamentos”. Quando se fala nesse “processo indutor”, está se falando em um discurso capaz de provocar tais comportamentos. Assim, ao se considerar as vertentes publicitárias e manipuladoras da indústria farmacêutica, surge a necessidade do estudo linguístico desses fenômenos, de modo a compreender que tipo de discurso está presente e como ele contribui para a relação do público com os medicamentos e com a própria indústria.

Nesse cenário, nos questionamos a respeito de quais ferramentas poderiam ser empregadas na investigação linguística sobre o discurso da indústria farmacêutica. A hipótese levantada por este artigo é que existem elementos pragmáticos que estruturam a manipulação comportamental operada pelos discursos dessa indústria; a partir disso, a proposta deste estudo é agrupar os conceitos de três teorias pragmáticas em um sistema de análise de discursos capaz de explicar a mudança comportamental consequente da aceitação de uma narrativa de promoção da saúde.

DISTRIBUIÇÃO: PRAGMÁTICA E ASPECTOS DA COGNIÇÃO HUMANA

Se considerarmos, com Koshman e Blais (2011), os estudos farmacêuticos como prática científica fundamentada no uso racional de medicamentos, teremos de considerar também aspectos do que caracterizaria tal racionalidade. A arquitetura da racionalidade humana tem sido objeto de análise de diferentes segmentos das ciências cognitivas: da filosofia da mente (FODOR, 1983), da psicologia evolucionista (PINKER, 1997), da antropologia evolucionista (MITHEN, 1996), da antropologia cognitiva (SPERBER, 1996) e da psicologia cognitiva (MERCIER; SPERBER, 2017). A área de estudos desenvolvida em conformidade com os avanços na compreensão da arquitetura da racionalidade humana é a pragmática cognitiva (GRICE, [1975]1991; DASCAL, 1983; SPERBER; WILSON, [1986]1995; WILSON; SPERBER, 2012).

A pragmática tem sido definida como o estudo do uso da linguagem em contexto (ROCCI; DE SAUSSURE, 2016; BIRNER, 2013; LEECH, 1983; LEVINSON, [1983]2008; VERSCHUEREN, 1999). Uma das tarefas da pragmática é explicitar os princípios compartilhados pelos falantes de uma mesma comunidade linguística que regem a produção e a interpretação linguística em diferentes contextos. Esses princípios fazem parte da competência linguística, ou seja, da mente dos falantes, e não apenas da performance, isto é, do modo como os falantes exercem suas habilidades linguísticas. O conhecimento pragmático é, portanto, crucial para o uso apropriado da língua (BIRNER, 2013).

Cabe também à pragmática investigar o significado implícito, chamado de significado inferencial. Com o desenvolvimento das teorias pragmáticas, desde o trabalho do filósofo Paul Grice ([1975]1991), em seu tratamento de viés cognitivo, tem se tornado evidente como o significado dos enunciados pode ir além daquilo que é dito, ou seja, além de seu significado literal ou valor semântico. Com Grice, a perspectiva inferencial da comunicação se estabeleceu pela observação de que o significado linguístico dos enunciados é abundantemente mais rico e complexo do que o significado literal semântico, de forma que o significado do qual trata a pragmática pode ser caracterizado como indissociavelmente dependente do contexto. Dessa maneira, enquanto a semântica estuda o que foi dito, a pragmática estuda aquilo que foi implicado.

Inspirada no trabalho de Grice ([1975]1991), a pragmática contemporânea observa os enunciados linguísticos em suas modalidades explícitas e implícitas. Enquanto as explicaturas são ancoradas no componente semântico da linguagem, baseadas em suas condições de verdade, as implicaturas são caracteristicamente pragmáticas, não dependendo somente de conhecimentos linguísticos, mas também do enriquecimento livre, o processo pelo qual um enunciado é complementado por informações contextuais (SOUZA; PAGANI, 2022).

Teoria da Relevância

Sperber e Wilson ([1986]1995) tomaram as ideias de Grice ([1975]1991) como paradigma filosófico para a construção de um modelo científico direcionado ao estudo da comunicação linguística humana sob uma perspectiva cognitiva. Sperber e Wilson ([1986]1995) propõem a Teoria da Relevância como um modelo psicologicamente plausível para a condução da pesquisa em pragmática, estabelecendo que a comunicação humana pode ser descrita como um processo guiado pela busca por relevância, a qual seria “uma característica básica da cognição humana” (WILSON; SPERBER, 2005, p. 223) que pode ser explorada pelos comunicadores. Dessa forma, qualquer estímulo externo ou interno que gere um *input* para processos cognitivos pode ser considerado relevante, isto é, o *input* pode se conectar com o contexto (informações de *background*) de um indivíduo e produzir efeitos cognitivos positivos. Quanto maiores forem esses efeitos oriundos do processamento do *input*, maior será sua relevância para o indivíduo; quanto maior for o esforço de processamento necessário, menor será sua relevância (WILSON; SPERBER, 2005).

Segundo Wilson e Sperber (2005, p. 227), a evolução do sistema cognitivo humano provocou o surgimento de uma “tendência automática para maximizar a relevância”, que foi descrita pelo Princípio Cognitivo de Relevância: “A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância”. Entretanto, para que ocorra a comunicação inferencial (ou ostensivo-inferencial), é preciso que o comunicador também forneça evidências de que pretende comunicar algo, ou seja, é preciso fornecer um estímulo ostensivo, gerando expectativas de relevância (WILSON; SPERBER, 2005). A partir disso, os autores (2005, p. 229) apresentam o Princípio Comunicativo da Relevância: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima”.

Wilson e Sperber (2005) evidenciam como a pragmática é influenciada pelo panorama dado pela Teoria da Relevância à cognição e à comunicação. Isso acontece no processo de compreensão verbal, que se inicia com a recuperação do significado codificado da forma linguística e, posteriormente, pode ter seu contexto enriquecido, de modo a se alcançar o significado pleno do falante. Para tal, o ouvinte segue o caminho que requer menos esforço, chegando a uma interpretação que supra a expectativa de relevância, isto é, chegando à hipótese mais plausível sobre o que o falante quis dizer (Procedimento de compreensão à luz da relevância).

Como exposto por Wilson e Sperber (2005, p. 253), “a Teoria da Relevância é uma teoria psicológica cognitiva. Em particular, ela trata a interpretação do enunciado

como um processo cognitivo”. Essas afirmações são comuns à visão de Blakemore (2001, p. 100-101, tradução nossa) de que o objeto de estudo dos teóricos da relevância não é o discurso em si, mas sim o “entendimento do discurso ou, mais especificamente, das representações mentais e computações subjacentes ao entendimento dos enunciados”.

Sperber e Wilson ([1986]1995) apontam que todo enunciado é uma representação de um pensamento do falante. Sperber (2000) estabelece que o resultado do processo de interpretação à luz da Teoria da Relevância é uma atribuição de significado ao falante e, desse modo, uma metarrepresentação, que se define como uma representação de uma representação ou como uma representação de segunda ordem (nível mais alto) que contém uma representação de primeira ordem (nível mais baixo). Conforme Wilson (2000), as representações de nível mais alto costumam ser enunciados ou pensamentos, enquanto as representações de nível mais baixo podem ser divididas entre representações públicas (como enunciados), mentais (como pensamentos) e abstratas (como sentenças e proposições).

Epidemiologia das Representações

Segundo Sperber (1994), os seres humanos constroem representações mentais de informações não apenas individualmente, mas também coletivamente por meio das representações públicas. Embora a maior parte das comunicações ocorra de pessoa para pessoa (ou para algumas pessoas) em uma ocasião determinada, algumas vezes os ouvintes de um primeiro ato comunicativo transmitem a informação recebida para outros ouvintes, que por sua vez também podem retransmiti-la. Nesse processo, algumas representações, consideradas mais relevantes, são mais amplamente distribuídas que outras, assumindo um modelo epidemiológico de transmissão, o que motiva abordagens naturalistas como a Epidemiologia das Representações.

Lowe e Kostrzewski (1973) definem a epidemiologia como a ciência que estuda os fatores determinantes da frequência e da distribuição das doenças nas populações. Ela estabelece um paralelo com a clínica médica: enquanto esta estuda as doenças que acometem um indivíduo, aquela se ocupa das doenças que envolvem grupos de pessoas, como surtos, epidemias e pandemias. Assim, a epidemiologia estuda como as doenças se distribuem, debruçando-se sobre os fatores causais da transmissão, e buscando explicar quais aspectos tornam uma doença mais ou menos presente em um grupo.

O modelo epidemiológico pode ser empregado para explicar outros fenômenos, como a transmissão de representações e culturas; desse modo, a partir dele, Sperber (1985) desenvolveu a Epidemiologia das Representações. Conforme o autor, assim como

o organismo está sujeito a enfermidades, a mente humana está sujeita a representações culturais, embora estas não sejam, por definição, prejudiciais como as doenças. A Epidemiologia das Representações busca entender por que algumas representações são mais “contagiosas” que outras. Dessa maneira, segundo Sperber (1985), os modelos matemáticos da epidemiologia médica podem ser aplicados para explicar diversas formas de transmissão cultural.

Contudo, Sperber (1985) entende que, enquanto a transmissão de um micro-organismo é um processo relativamente estável, com raras mutações, as representações tendem a se modificar sempre que são transmitidas. Assim, a Epidemiologia das Representações é primeiramente uma tentativa de compreender as transformações sofridas pelas representações e de explicar por que algumas representações se mantêm relativamente estáveis durante a transmissão, tornando-se fatores culturais.

Sperber (1996) divide as representações entre mentais e públicas. As representações mentais são internas ao dispositivo de processamento de informações (a mente do falante), e as representações públicas são externas a ele. Em Sperber (1996, p. 24, tradução nossa), alguns exemplos de representações mentais são “crenças, intenções e preferências”, e alguns exemplos de representações públicas são “sinais, enunciados, textos e fotografias”; ou seja, as representações públicas têm um aspecto material que provoca modificações no ambiente. A partir dessas modificações no ambiente, outros indivíduos formam suas próprias representações mentais, que também podem ser recuperadas posteriormente, causar uma nova modificação no ambiente e assim por diante, dando origem a uma cultura.

O potencial de proliferação das representações, após serem disseminadas em nível epidemiológico, requer alguma habilidade de filtragem da parte dos ouvintes. Para que o sistema comunicativo permaneça vantajoso para os humanos, torna-se crucial algum critério epistêmico destinado à avaliação dessas representações, capaz de distinguir as informações verdadeiras das falsas e as fontes de informação confiáveis das mal-intencionadas. A partir dessa constatação, Sperber *et al.* (2010) propõem o quadro teórico da Vigilância Epistêmica.

Vigilância Epistêmica

Sperber *et al.* (2010) sugerem que a cognição humana é equipada com um componente de vigilância epistêmica, isto é, o processo de atentar-se a pistas que indicam a possibilidade de ser mal-informado por outras pessoas. Apesar de a comunicação ser uma fonte de ganhos expressivos, o risco de ser mal-informado acidental ou propositalmente pode reduzir ou extinguir esses ganhos ou, ainda, transformá-los em prejuízos. Segundo

Sperber *et al.* (2010), o fato de a comunicação ser tão difusa mesmo diante desse risco indica que há uma forma de “calibrar” a confiança nas informações e nos informantes, tornando a comunicação vantajosa tanto para o comunicador quanto para a audiência.

Mazzarella (2016) estabelece que a vigilância epistêmica está intrinsecamente relacionada à competência pragmática. O módulo mental da pragmática se interconecta ao módulo da vigilância epistêmica, de forma que o *output* do primeiro funciona como *input* do segundo. Destaca-se que a compreensão de uma proposição não significa que ela será obrigatoriamente aceita pela audiência: antes de ser adicionada ao conjunto de crenças do ouvinte, a informação precisa passar pelo “filtro” do módulo da vigilância epistêmica, que avalia a confiabilidade da informação e do informante (MAZZARELLA, 2016).

Reboul (2021) acrescenta que a racionalidade humana evoluiu para permitir tanto a comunicação persuasiva quanto a defesa contra a comunicação manipuladora, sendo que este mecanismo de defesa acontece por meio da vigilância epistêmica. Conforme a autora, a Vigilância Epistêmica é considerada, em certa medida, um desdobramento da Teoria da Relevância e um afastamento da perspectiva griceana de que a comunicação seria cooperativa no sentido de que o falante pode obedecer às máximas, especialmente à máxima da qualidade, tornando-se estratégica. Consequentemente, torna-se possível que a comunicação não ocorra de forma honesta, mas sim enganosa, justificando a necessidade de um dispositivo de vigilância epistêmica. O ouvinte fica mais ou menos suscetível a considerar verdadeira uma informação dependendo do que ele sabe sobre o informante, especialmente sobre sua confiabilidade e competência. O conteúdo da informação, por sua vez, é avaliado conforme as crenças e conhecimentos anteriores do ouvinte, possibilitando detectar contradições e inconsistências (REBOUL, 2021).

Pragmática e manipulação

Em um editorial publicado na *Frontiers in Psychology*, Masia *et al.* (2022) ressaltam que a manipulação tem sido investigada na esfera do campo da argumentação, e essas investigações apontam que o uso manipulador da linguagem opera majoritariamente pelo emprego de vagueza linguística, ambiguidade, pressuposição, implicaturas e demais tipos de significados não codificados. Esse tipo de estratégia linguística em que a compreensão dos enunciados é afetada pela impossibilidade de se avaliar com precisão as intenções do falante se fundamenta na constatação de que o sucesso da manipulação reside na falha do ouvinte em detectar um enunciado enganoso, pois a manipulação é efetuada por estratégias discursivas implícitas. Em resumo, os autores descrevem a manipulação linguística como um fenômeno de investigação do domínio da pragmática.

Conforme os conhecimentos advindos da matriz interdisciplinar da pragmática, de Saussure (2005) propõe hipóteses a respeito de como o discurso manipulador pode ser estudado em uma perspectiva da pragmática cognitiva. De Saussure (2005, p. 5, tradução nossa) estabelece que “manipular, em sentido literal, significa utilizar as mãos para instrumentalizar um objeto [...] e às vezes modificar sua forma original”. Partindo dessa definição, o autor discorre sobre a manipulação de pessoas e correlaciona o ato de manipular ao ato de *usar* alguém, dando como exemplos fazer com que a pessoa tenha determinados comportamentos ou atenda a desejos do manipulador. Entretanto, como ressaltado no mesmo estudo, seres humanos são dotados de um sistema cognitivo capaz de determinar seus próprios interesses, indicando que, de alguma forma, o manipulador primeiro consegue manipular alguns aspectos da cognição.

Estendendo a noção de manipulação para o discurso manipulador, de Saussure (2005) propõe que esse não é um tipo de discurso definido por critérios puramente linguísticos. Em vez disso, o discurso manipulador é um tipo de uso da linguagem natural e, portanto, uma questão pragmática. Embora algumas características formais (como determinados tipos de esquemas argumentativos, expressões semanticamente carregadas, metáforas, perguntas retóricas e abreviações) sejam mais frequentes em discursos manipuladores, elas não aparecem exclusivamente nesse tipo de discurso e não são suficientes para defini-lo ou identificá-lo; tais características formais são utilizadas para influenciar o nível pragmático, afetando o estado mental do ouvinte, e somam-se às intenções do manipulador. De Saussure (2005, p. 8, tradução nossa) afirma que “manipular é, primeiramente, comunicar a relevância de coisas que não são relevantes por si só e/ou reter informações realmente relevantes”.

Considerando os postulados da Teoria da Relevância, de Saussure (2005) sugere que, dentro de um discurso manipulador, o ouvinte presume que uma proposição é relevante (e verdadeira) quando de fato ela não é. Alternativamente, a proposição pode ser verdadeira, porém, devido às características contextuais, o ouvinte a enriquece e infere implicaturas que acredita serem verdadeiras, mas que na realidade são falsas, sendo que o manipulador sempre está ciente da falsidade ou dubiedade do que diz ou do que suas proposições implicam. Assim, o objetivo do manipulador é “convencer o endereçado de uma proposição ou um conjunto de proposições que deveriam ser eliminadas pelo processamento normal das informações e pela checagem da realidade” (DE SAUSSURE, 2005, p. 11, tradução nossa), causando uma espécie de “curto-circuito” cognitivo.

O autor tem como hipótese a ideia de que o manipulador age no processo de avaliação contextual das proposições (cuja função é assegurar ao ouvinte que ele pode consentir com a proposição) e bloqueia esse processo. Para tal, é necessário que a intenção

Revista X, v. 18, n. 02, p. 569-596, 2023.

manipuladora não seja detectada, pois manipular se trata de transmitir informações do modo acobertado. Outra condição colocada pelo autor para a manipulação ser bem-sucedida é que a fonte da comunicação linguística (o manipulador) seja considerada confiável pela audiência.

Conforme de Saussure (2005), pode-se considerar que as habilidades cognitivas do ouvinte são simplesmente exploradas pelo manipulador dentro da presunção da relevância (o enunciado é considerado relevante e, assim, merece ser interpretado). Apesar disso, o ouvinte submete a possível relevância do enunciado a uma avaliação, podendo concluir que ele não é relevante, o que consequentemente leva à não interpretação. Alternativamente, o ouvinte pode presumir a relevância do enunciado, considerando que o falante está sendo honesto e racional ao comunicar a presunção da relevância, mas acabar concluindo que tal enunciado não era relevante (DE SAUSSURE, 2005).

Diante de um discurso manipulador, porém, esses processos de checagem deixam de acontecer. De Saussure (2005) propõe que o engano está no nível da intenção comunicativa, nos termos da Teoria da Relevância, e não na informação que é comunicada. O alvo da exploração é identificado como a falsa crença, por parte do ouvinte, de que o falante é bem-intencionado, cooperativo ou relevante, e não apenas o princípio cooperativo ou a presunção da relevância. Outro aspecto proposto pelo autor para explicar o sucesso de um discurso manipulador é o custo dos processos mentais: depois de ter aceitado a presunção da relevância de um enunciado, torna-se mais custoso rejeitar as proposições que se seguem a esse primeiro processo interpretativo.

Investigando por que um ouvinte deixa de avaliar criticamente as proposições de um falante, de Saussure (2005) sugere que o manipulador constrói um ambiente que torna a aceitação de suas proposições mais eficiente (a negação de tais proposições seria cognitivamente custosa). A partir disso, de Saussure (2005, p. 27, tradução nossa) estabelece que “quanto mais custoso for para o ouvinte recuperar corretamente a informação comunicada e avaliar sua veracidade, probabilidade e aceitabilidade ética, menores serão as chances de resistir à manipulação”.

BIOTRANSFORMAÇÃO: A PRAGMÁTICA DA PANDEMIA EM DOIS CASOS REVISITADOS

A hidroxicloroquina como propaganda de Estado: um episódio de necropolítica

A hidroxicloroquina é uma 4-aminoquinolina com atividades imunossupressoras, antiautofágica e antimalárica. Seu mecanismo de ação exato permanece desconhecido,

mas sabe-se que ela pode suprimir a função imunológica ao interferir no processamento de antígenos e na produção de citocinas. Seu precursor mais tóxico, a cloroquina, é utilizado na quimioprofilaxia e no tratamento da malária desde 1934. Posteriormente, a cloroquina e a hidroxicloroquina passaram a ser empregadas também no tratamento de artrite reumatoide, lúpus eritematoso e outras doenças reumatológicas (BRUNTON; CHABNER; KNOLLMANN, 2012).

O contexto do surgimento da hidroxicloroquina como um potencial medicamento de combate ao coronavírus SARS-CoV-2 pode ser abreviado do seguinte modo: em março de 2020, quando a Covid-19 foi declarada uma pandemia, Raoult *et al.* (2020) publicaram um estudo sobre um pequeno ensaio clínico, relatando ter obtido 100% de cura para a Covid-19 ao empregar um protocolo de administração diária de hidroxicloroquina (SAYARE, 2020). Depois de Raoult e sua equipe, a primeira figura pública a se tornar entusiasta da suposta eficácia do medicamento foi Donald Trump, à época presidente dos Estados Unidos. Influenciado por Trump, o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro embarcou na euforia da hidroxicloroquina como possível tratamento para a Covid-19 (IDOETA, 2021). Apesar das críticas ao estudo de Raoult *et al.* (2020), incluindo as falhas apontadas na revisão por pares pós-publicação (SCHNEIDER, 2020), as vendas da hidroxicloroquina aumentaram 362% entre fevereiro e março de 2020. Alguns meses depois, entretanto, o entusiasmo da população com o medicamento arrefeceu (GONÇALVES, 2020).

Os fenômenos da ascensão e da queda do interesse pela hidroxicloroquina merecem uma análise pragmática. O uso do medicamento encontrou apoio entre uma parcela da população, principalmente a que compartilhava da opinião do ex-presidente sobre a ineficácia do isolamento social (VALENÇA, 2022). Durante a crise sanitária, alguns indivíduos foram persuadidos pela propaganda oficial do governo de que a hidroxicloroquina era eficaz no combate à Covid-19, o que dispensaria o isolamento social e as medidas de *lockdown*. Foram inúmeros os pronunciamentos de Bolsonaro a favor do medicamento e proporcionalmente inúmeros os pronunciamentos depreciativos contrários à vacinação. Portanto, para fins de análise, é necessário um recorte linguístico.

À luz da Teoria da Relevância, tomemos o seguinte enunciado do ex-presidente da República:

ENUNCIADO: (1) Aquele negócio que o pessoal usa para combater a malária, eu usei lá atrás e no dia seguinte tava bom.¹

1 Exemplo retirado de Idoeta (2021).
Revista X, v. 18, n. 02, p. 569-596, 2023.

CONTEXTO: O enunciado foi proferido durante uma *live* em maio de 2020, na qual o ex-presidente explicou que não falaria o nome do medicamento para que a transmissão não saísse do ar, pois conteúdos que divulgavam notícias falsas sobre a Covid-19 estavam sendo removidos (IDOETA, 2021). O uso da hidroxicloroquina no tratamento da malária é um fato que se tornou conhecido do público em geral por meio da mídia (GIRARDI, 2020; OLIVETO, 2020; BAND JORNALISMO, 2020) e das redes sociais (FELICIANO, 2020; SECAD, 2020; BRASIL, 2020). Assim, quando Bolsonaro fala em “aquele negócio que o pessoal usa para combater a malária”, sabia-se que ele estava se referindo à hidroxicloroquina.

Considerando o dito em (1), pode-se inferir o conteúdo semântico da intenção comunicativa em (2), que constitui uma explicatura:

EXPLICATURA: (2) Eu usei hidroxicloroquina quando não estava me sentindo bem e no dia seguinte estava recuperado.

Além do conteúdo explícito demonstrado em (2), o enunciado (1) traz conteúdos implícitos, que podem ser inferidos pelas implicaturas (3) e (4):

IMPLICATURA: (3) A hidroxicloroquina alivia sintomas da Covid-19.

IMPLICATURA: (4) A hidroxicloroquina é eficaz contra a Covid-19.

Em termos de relevância, a preocupação da população com a doença, o lugar de fala privilegiado da autoridade máxima da nação e a expectativa de alguma orientação oficial de procedimentos básicos potencializaram o enunciado proferido pelo ex-presidente. Diante do anseio pela obtenção de informações, o enunciado tornou-se alarmantemente relevante, principalmente para a audiência que já tendia a concordar com as opiniões de Bolsonaro, reforçando as falsas crenças desse grupo.

Sob a ótica da Epidemiologia das Representações, a busca excessiva de hidroxicloroquina nas farmácias (WATANABE; PAMPLONA, 2020) evidenciou um típico fenômeno epidemiológico. Nesse caso, a representação mental (a ideia de que a hidroxicloroquina poderia prevenir ou curar a Covid-19) guiou indivíduos à compra do medicamento, constituindo uma representação pública. Ao observarem a proliferação dessas representações públicas, outros indivíduos formaram em suas representações mentais a suposição de que a hidroxicloroquina seria eficaz no tratamento da Covid-19, aumentando ainda mais seu consumo e culminando em uma espécie de cultura de consumo do medicamento.

Já sob a noção da Vigilância Epistêmica, à medida que as mortes por Covid-19 no Brasil continuaram aumentando e os cientistas passaram a divulgar a ineficácia da hidroxicloroquina, o entusiasmo com o medicamento se dissolveu (GONÇALVES, 2020). Supostamente, os mecanismos de vigilância epistêmica entraram em ação: apesar de ainda estarem diante de representações públicas a favor da hidroxicloroquina, alguns indivíduos começaram a questionar a confiabilidade dessa informação e de suas fontes.

ENRIQUECIMENTO CONTEXTUAL: Na análise pragmática, o enriquecimento contextual é o processo complementar aos conteúdos semânticos para a adição de informações contextuais e extralinguísticas. No exemplo da atuação pessoal do ex-presidente na disseminação da hidroxicloroquina, um enriquecimento contextual é o de que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid tornou público que Bolsonaro atuou para favorecer dois laboratórios farmacêuticos privados (EMS e Apsen) na produção do medicamento, conforme a Agência Senado (2021). Entre outras ações, isso teria acontecido por meio de um telefonema do ex-presidente ao primeiro-ministro indiano para solicitar que a Índia acelerasse a exportação de insumos para a produção de hidroxicloroquina no país, citando nominalmente os dois laboratórios. Segundo os senadores da CPI, esse telefonema sugere que o ex-presidente se envolveu pessoalmente na disseminação do medicamento no Brasil (CAPELLI, 2021). A atuação de Bolsonaro foi classificada como “lobby” pelo senador Renan Calheiros, relator da CPI, pois o ex-presidente teria agido em benefício desses laboratórios, pertencentes a empresários que eram seus aliados políticos (CAPELLI, 2021).

O caso da hidroxicloroquina constitui um exemplo de como o discurso da indústria farmacêutica pode disfarçar uma intenção lucrativa controversa sob o aspecto de discurso da saúde. A contravenção maior da autoridade máxima do país foi sustentar reiteradamente a eficácia da hidroxicloroquina, um medicamento sem eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19, agindo para importar insumos para a produção desse medicamento pelos laboratórios de seus aliados ao mesmo tempo que atuava para boicotar a vacinação. As estratégias verbais incontidas de Bolsonaro podem ser interpretadas como evidentes tentativas de manipulação da opinião pública, e, em certa medida, sua empreitada manipuladora teve considerável êxito.

O caso das patentes: *lobbies* em pele de cordeiros

Em 3 de abril de 2021, a Folha de S. Paulo publicou um artigo com a manchete “Alteração em patentes pode prejudicar acesso a novos medicamentos no país”, alertando seus leitores sobre as consequências da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº

5.529, cujo objetivo era tornar inconstitucional o parágrafo único do artigo 40 da Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial, ou LPI). Esse artigo estabelece que o prazo de vigência das patentes é de 20 anos para a invenção de produtos, contados a partir da data da requisição da patente ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). O parágrafo único desse artigo, porém, estabelecia que o prazo de vigência das patentes não deveria ser inferior a dez anos, contados a partir da data de concessão. Na prática, se houvesse uma longa espera entre a requisição e a concessão da patente, seu prazo de vigência poderia chegar a até 30 anos, um intervalo bastante superior ao estabelecido por regras internacionais, o que favorecia os monopólios no Brasil (DIAS, 2022).

A aprovação da ADI nº 5.529 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) reduziria o prazo de validade de diversas patentes de medicamentos e produtos farmacêuticos, derrubando a prorrogação do prazo de vigência das patentes caso houvesse lentidão na análise do pedido feito ao INPI. Segundo associações que representam a indústria farmacêutica nacional, especialmente as fabricantes de medicamentos genéricos, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o STF, a derrubada do parágrafo único do artigo 40 resultaria na redução do preço dos medicamentos e facilitaria o acesso a eles (DIAS, 2021).

Entre os quase 2 mil medicamentos que seriam afetados pela mudança, estava o tocilizumabe, um anti-inflamatório que mostrou eficácia no tratamento de casos graves de Covid-19. Desenvolvido pelos laboratórios Roche e Chugai Pharmaceutical, o tocilizumabe já estava em domínio público em vários países desde 2017, podendo ser produzido por qualquer laboratório; no Brasil, porém, seu monopólio iria até 2023. Outro medicamento que seria afetado pela ADI era a bedaquilina, usada no tratamento da tuberculose. Propriedade da Johnson & Johnson, a bedaquilina tinha um custo de 400 dólares em seis meses de tratamento, mas esse valor poderia cair para 48 dólares se a patente fosse derrubada (DIAS, 2021).

Na emergência sanitária da pandemia de Covid-19, o procurador-geral da República, Augusto Aras, solicitou a suspensão do artigo 40, parágrafo único, da LPI. O julgamento dessa solicitação foi antecipado de 26 de maio de 2021 para 7 de abril do mesmo ano, o que teria suscitado a publicação de artigos patrocinados pela indústria farmacêutica internacional em jornais como Valor Econômico, Estadão e Folha de S. Paulo, com o objetivo de incitar a opinião pública contra a ADI (DIAS, 2021).

No caso do artigo da Folha de S. Paulo mencionado anteriormente, pode-se observar que sua diagramação é muito semelhante à diagramação dos artigos regulares do jornal, com poucos elementos indicando tratar-se de um publeditorial. A versão

online do artigo traz no topo da página o selo do Estúdio Folha, divisão encarregada dos publiceditoriais. Em seguida, consta a logomarca da Interfarma, a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, que reúne laboratórios internacionais como Bayer, Johnson & Johnson, Novartis e Roche. Não há nenhum outro elemento sinalizando que o artigo se trata de uma peça publicitária, e não de uma matéria jornalística regular.

FIGURA 1. PUBLIEDITORIAL PUBLICADO NA FOLHA DE S. PAULO.



FONTE: ALTERAÇÃO, 2021.

Conforme observado por de Saussure (2005), para além da construção verbal, há estratégias não linguísticas que acompanham a produção do discurso manipulador; no caso de discursos escritos, os efeitos pragmáticos também são oriundos de elementos como o tipo de fonte, imagens e a organização da página. Segundo Wilke² (1998 *apud* DE SAUSSURE, 2005), tais elementos estão presentes no *layout* de periódicos e jornais. Tomemos a manchete do artigo:

ENUNCIADO: (5) Alteração em patentes pode prejudicar acesso a novos medicamentos no país

2 WILKE, J. (Ed). **Propaganda in the 20th Century**. Contributions to its History. Cresskill: Hampton Press, 1998.

É possível inferir o conteúdo semântico de (5) pela seguinte explicatura:

EXPLICATURA: (6) A redução do prazo de validade de algumas patentes de produtos farmacêuticos pode dificultar o acesso a novos medicamentos no Brasil.

Dando sequência à análise, as inferências derivadas do enunciado (5) permitem acessar seu conteúdo implícito, traduzido pelas implicaturas (7) e (8):

IMPLICATURA: (7) A aprovação da ADI nº 5.529 pode dificultar o acesso a novos medicamentos no Brasil.

IMPLICATURA: (8) A aprovação da ADI nº 5.529 representa uma ameaça à saúde da população brasileira.

Novamente, no contexto da pandemia de Covid-19, um enunciado como (5) tendia a tornar-se bastante relevante. As expectativas de relevância foram exploradas pelo apelo dos elementos linguísticos, principalmente do verbo “prejudicar”, e adicionalmente por elementos não linguísticos, como o tamanho das letras e a posição do enunciado no topo da página, além de a manchete ser seguida por um texto que ocupa uma página inteira de jornal (na versão impressa), apoiado por números em destaque, imagens e gráficos. Um reforço extra para a relevância está na fonte da informação, a Folha de S. Paulo, que se trata de um dos jornais de maior circulação no país, e não a Interfarma, pois o publeditorial é visualmente muito semelhante às matérias não patrocinadas do jornal.

ENRIQUECIMENTO CONTEXTUAL: A intenção informativa pretendida pela manchete do artigo da Folha de S. Paulo, que seria a persuasão dos leitores, pela indústria farmacêutica internacional, para que eles considerassem negativa a aprovação da ADI nº 5.529, contrasta com a intenção de empresas farmacêuticas brasileiras, fabricantes de medicamentos genéricos, o TCU e o STF, que propagaram a aprovação da ADI nº 5.529 como uma decisão positiva, favorável à redução dos preços dos medicamentos e ao acesso popular.

O tipo de inferência produzido em um contexto ampliado de informação se altera diametralmente em relação àquele intencionado pela indústria farmacêutica internacional. As informações contextuais produzem novos conteúdos semânticos e, conseqüentemente, afetam as inferências resultantes desses novos conteúdos:

ENUNCIADO: (9) “As compras regulares pelo governo de medicamentos que já deveriam estar sob o domínio público são nocivas à própria concretização da saúde no Brasil.”³

Pode-se inferir o conteúdo semântico de (9) pela seguinte explicatura:

EXPLICATURA: (10) O governo ter que comprar medicamentos que já deveriam ter tido sua patente quebrada é prejudicial para a saúde no Brasil.

Seguindo adiante na análise linguística, as inferências derivadas da explicatura (10) permitem acessar seu conteúdo implícito, disparando uma série de implicaturas, tais como:

IMPLICATURA: (11) A aprovação da ADI nº 5.529 pode reduzir o prazo de vigência das patentes de medicamentos no Brasil.

IMPLICATURA: (12) A aprovação da ADI nº 5.529 pode combater os monopólios da indústria farmacêutica.

IMPLICATURA: (13) A aprovação da ADI nº 5.529 pode facilitar o acesso a novos medicamentos no Brasil.

IMPLICATURA: (14) A aprovação da ADI nº 5.529 pode diminuir os custos de obtenção dos medicamentos.

IMPLICATURA: (15) A aprovação da ADI nº 5.529 representa uma segurança extra à saúde da população brasileira.

As estratégias discursivas empregadas de um lado pela indústria farmacêutica internacional e de outro pela indústria farmacêutica nacional, o TCU e o STF evidenciam não apenas diferentes intenções informativas, mas também diferentes interesses. A estratégia empregada pela máquina de publicidade da Interfarma foi a de camuflar a intenção de preservar seu monopólio e margem de lucro, sob a aparência de proteção do acesso aos medicamentos pela população. A técnica de subverter tanto a informação veiculada quanto a fonte da notícia, maquiando um anúncio publicitário como matéria jornalística, buscava despistar a atividade da vigilância epistêmica, transmitindo aos leitores um anúncio publicitário em formato de informações jornalísticas fidedignas.

3 Julia Paranhos, doutora em Economia da Indústria e tecnologia e pesquisadora da UFRJ, para o jornal Valor (MARTINS; RITTNER, 2020).

Camuflada a intenção da Interfarma, as informações poderiam ser consideradas confiáveis por parte dos leitores da Folha de S. Paulo, reforçando crenças que tendiam a rejeitar a ADI nº 5.529.

A estratégia empregada pelas instituições favoráveis à ADI nº 5.529 foi a de enfatizar a redução do preço dos medicamentos e o maior acesso do público a eles. Contudo, enquanto as fabricantes nacionais de genéricos defendiam seus interesses, sendo beneficiadas pelo direito à produção dos medicamentos anteriormente protegidos pelas patentes e pelo aumento latente da produção e das vendas, o TCU e o STF miravam a questão do fisco, como uma medida de austeridade, de equilíbrio das contas públicas e do barateamento da prestação dos serviços de saúde.

DEPURAÇÃO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho preliminar, buscamos aproximar os estudos farmacêuticos e os estudos da linguagem, introduzindo uma perspectiva da pragmática cognitiva para o estudo do que flexivelmente designamos como discurso da indústria farmacêutica. Sugerimos inicialmente que a contribuição dos estudos linguísticos à pesquisa farmacêutica pode ser compreendida em dois sentidos: *stricto sensu*, os estudos linguísticos tendem a não contribuir para o progresso dos estudos em farmácia; já em um sentido *lato*, da farmácia como uma ciência da saúde socialmente integrada, os estudos da linguagem podem oferecer alguma contribuição.

Para sustentar nosso ponto de vista, percorremos panoramicamente algumas noções teóricas da pragmática linguística, ancorada em avanços advindos das ciências cognitivas, e esboçamos uma metodologia de análise inspirada na linguística aplicada, a fim de evidenciar os mecanismos linguísticos e discursivos utilizados pela indústria farmacêutica na composição de sua atuação pública. Empregando as noções da Teoria da Relevância, da Epidemiologia das Representações e da Vigilância Epistêmica, analisamos alguns enunciados proferidos durante a pandemia de Covid-19, buscando avaliar intenções comunicativas comprometidas com o real propósito da saúde pública e intenções comunicativas mal-intencionadas, comprometidas com finalidades publicitárias, políticas e de manipulação da opinião pública e de comportamentos sociais.

Acreditamos que tal prática de análise pode contribuir para uma compreensão mais ampla sobre como o caráter científico da pesquisa em farmácia é cooptado pelos interesses financeiros que permeiam a indústria, as mídias e a política. Tais interesses são reiteradamente ocultados pela arquitetura de um discurso manipulador, construído pela aplicação de técnicas de comunicação pública que exploram os recursos do esvaziamento

linguístico, da indiretividade e das demais artimanhas de persuasão. Acreditamos também que trabalhos de investigação que explicitem o *modus operandi* de como técnicas de comunicação implícita são empregadas para a manipulação de indivíduos possam contribuir para uma compreensão mais acurada dos esquemas de manipulação social, como as estratégias de manipulação envolvendo a corrupção e o *lobby* na indústria farmacêutica e as tentativas de controle de mercado.

Tendo buscado tornar inteligível que o discurso da indústria farmacêutica não é motivado apenas pelos temas relativos à saúde, mas também (e, talvez, sobretudo) por interesses de mercado, publicitários e financeiros, consideramos crucial a produção de outros estudos que transcendam a compreensão da indústria farmacêutica como um agente exclusivamente dedicado à saúde. Há que se compreender que a indústria farmacêutica é um agente corporativo e político, além de um hábil praticante do *lobby* legislativo. Concluimos, portanto, com a sugestão de uma maior aproximação entre as Ciências da Saúde e as Ciências Sociais e da Linguagem, a fim de que se beneficiem mutuamente.

Em trabalhos futuros, um refinamento da pesquisa poderá ser a de uma detalhada investigação acerca da natureza do discurso da indústria farmacêutica, a fim de atender mais satisfatoriamente ao procedimento descritivo do objeto de estudo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Profa. Dra. Elena Godoi pelas contribuições à primeira versão deste texto e aos pareceristas anônimos pelas sugestões ao manuscrito.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **CPI da Pandemia aprofunda investigação sobre defensores da cloroquina**. Brasília, 11 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/11/cpi-da-pandemia-comeca-a-investigar-defensores-da-cloroquina>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ALTERAÇÃO em patentes pode prejudicar acesso a novos medicamentos no país. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 abr. 2021. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/interfarma/2021/04/alteracao-em-patentes-pode-prejudicar-acesso-a-novos-medicamentos-no-pais.shtml>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ANDERSEN, A.; GODOI, E. Infodemia em tempos de pandemia: batalhas invisíveis com baixas imensuráveis. **Memorare**, Tubarão, v. 7, n. 2, p. 184-198, maio/ago. 2020. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupoep/article/view/9759. Acesso em: 25 mar. 2023. <https://doi.org/10.19177/memorare.v7e22020184-198>.

BAND JORNALISMO. **Cloroquina**: avançam estudos sobre remédio no tratamento da Covid-19, 2020. 1 vídeo (40s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B3cKWtBHghU>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Automedicação**. Brasília, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/255_automedicacao.html. Acesso em: 17 fev. 2023.

BIRNER, B. **Introduction to Pragmatics**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2013.

BLAKEMORE, D. Discourse and Relevance Theory. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. (Ed.). **The Handbook of Discourse Analysis**. West Sussex: Blackwell Publishers Ltd, 2001, p. 100-117.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial da União, Brasília, 15 maio 1996, p. 8353, col. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL, F. **Sobre Bolsonaro ter falado de cloroquina, secretário Wanderson Oliveira ressaltou que [...]**. Rio de Janeiro, 21 mar. 2020. Twitter: @FMouraBrasil. Disponível em: <https://twitter.com/FMouraBrasil/status/1241545401678934023>. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRODIE, D. Pharmacy's societal purpose. **Am J Hosp Pharm.**, Oxford, v. 38, n. 12, Revista X, v. 18, n. 02, p. 569- 596, 2023.

p. 1893-1896, dec. 1981. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/7325167/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRUNTON, L.; CHABNER, B.; KNOLLMANN, B. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**: Goodman & Gilman. São Paulo: AMGH Editora, 2012.

BUENO, R. Pandemiologia das representações ou uma epidemiologia das representações pandêmicas. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 10, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/20083>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CAPELLI, P. Bolsonaro pediu que premier da Índia liberasse insumos de cloroquina a laboratórios de empresários aliados; leia íntegra da conversa. **O Globo**, Brasília, 10 jun. 2021. Política. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-pediu-que-premier-da-india-liberasse-insumos-de-cloroquina-laboratorios-de-empresarios-aliados-leia-integra-da-conversa-25054530>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CENP. **O Valor da Publicidade no Brasil**: o impacto no setor nos negócios, na economia e na sociedade. [S.l.], 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/09/relatorio-deloitte-publicidade-brasil-2020.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

COLLUCCI, C. Quase 80% dos brasileiros se automedicam, diz pesquisa Datafolha. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 abr. 2019. Equilíbrio e saúde. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/04/quase-80-dos-brasileiros-se-automedicam-diz-pesquisa-datafolha.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CRF-SP. **Século XX**. 2023. Disponível em: <http://portal.crfsp.org.br/index.php/component/content/article.html?id=294:seculo-xx>. Acesso em: 7 mar. 2023.

DASCAL, M. **Pragmatics and the Philosophy of Mind**: thought in language. Amsterdã: John Benjamins, 1983.

DE SAUSSURE, L. Manipulation and Cognitive Pragmatics: Preliminary Hypotheses. In: SCHULTZ, P.; DE SAUSSURE, L. (Ed.). **Manipulation and Ideologies in the Twentieth Century**: Discourse, Language, Mind. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, 2005, p. 113-146. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Manipulation-and-cognitive-pragmatics%3A-Preliminary-Schulz-Saussure/f82f266fdf377c630b19bcde3aad60dd0dd3abfc>. Acesso em: 12 mar. 2023. <https://doi.org/10.1075/dapsac.17.07sau>.

DE SAUSSURE, L. Procedural pragmatics and the study of discourse. **Pragmatics and Cognition**, maio 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228725231_Procedural_pragmatics_and_the_study_of_discourse. Acesso em: 15 fev. 2023.

DIAS, T. Lobby contra quebra de patentes de medicamentos pagou R\$ 1,5 milhão a jornais. **The Intercept Brasil**, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/04/28/lobby-contra-quebra-de-patentes-pagou-jornais/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

DIAS, T. Entidade acusa Jota de censurar artigo científico crítico à indústria farmacêutica. **The Intercept Brasil**, 22 set. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/09/22/jota-acusado-de-censurar-artigo-critico-a-industria-farmaceutica/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FELICIANO, M. **Veja o que diz o renomado médico, Dr. Lair Ribeiro, sobre o uso da cloroquina! Lair foi pesquisador na Faculdade de Medicina de Harvard**. Brasília, 16 maio 2020. Facebook: PastorMarcoFeliciano. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=287324458954022>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FODOR, J. **The Modularity of Mind**. Cambridge: MIT Press, 1983.

GIRARDI, G. Droga usada para malária tem resultado positivo contra coronavírus; Anvisa faz ressalvas. **Estadão**, São Paulo, 19 abr. 2020, Saúde. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/droga-usada-para-malaria-tem-resultado-positivo-contracoronavirus/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GONÇALVES, E. Exaltada por Bolsonaro, cloroquina dispara em vendas e some da política. **Veja**, São Paulo, 8 maio 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/exaltada-por-bolsonaro-cloroquina-dispara-em-vendas-e-some-da-politica/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

GRICE, P. Logic and Conversation. In: GRICE, P. **Studies in the Way of Words**. Londres: Harvard University Press, 1991. p. 22-40. (Trabalho original publicado em 1975).

IDOETA, P. A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. **BBC News Brasil**, São Paulo, 21 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>. Acesso em: 10 jan. 2023.

KOSHMAN, S.; BLAIS, J. What is Pharmacy Research? **Can J Hosp Pharm.**, Ottawa, v. 64, n. 2, p. 154-155, mar./abr. 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3093426/>. Acesso em: 2 abr. 2023. <https://doi.org/10.4212/cjhp.v64i2.1002>.

LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. Nova Iorque: Longman, 1983.

LEVINSON, S. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. (Trabalho original publicado em 1983).

LOWE, B.; KOSTRZEWSKI, J. **Epidemiología**: guía de métodos de enseñanza.

Washington: Organización Panamericana de la Salud, 1973.

MARTINS, L.; RITTNER, D. Pressionado por STF e TCU, governo estuda mudar lei de patentes. **Valor Econômico**, Brasília, 15 dez. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/12/15/pressionado-por-stf-e-tcu-governo-estuda-mudar-lei-de-patentes.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MASIA, V. *et al.* Editorial: Language, Cognition, and the Manipulated Brain: Theoretical and Experimental Perspectives on Manipulative Processes in Language Comprehension. **Front. Psychol.**, Lausanne, mar. 2022, v. 13, p. 1-3. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.869595/full>. Acesso em: 2 abr. 2023. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.869595>.

MAZZARELLA, D. **Pragmatics, modularity and epistemic vigilance**. *Argumenta* 1, 2, p. 181-193, 2016. Disponível em: <https://www.argumenta.org/wp-content/uploads/2016/05/12.-Argumenta-12-Diana-Mazzarella-Pragmatics-modularity-and-epistemic-vigilance.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MERCIER, H.; SPERBER, D. **The enigma of reason**. Harvard: Harvard University Press, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Medicamentos**. Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n. 25. Brasília, maio 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_medicamentos.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

MITHEN, S. **The prehistory of the mind**: a search for the origins of art, religion, and science. Londres: Thames & Hudson, 1996.

OLIVETO, P. Contra o coronavírus, cientistas apostam em remédio que tratou a malária. **Correio Braziliense**. Brasília, 20 abr. 2020, Ciência e Saúde. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2020/03/20/interna_ciencia_saude,835439/contra-o-coronavirus-cientistas-apostam-em-remedio-que-tratou-a-malar.shtml. Acesso em: 12 mar. 2023.

OSWALD, S. *et al.* In: OSWALD, S. *et al.* (Ed.). **The Pandemic of Argumentation**. Cham: Springer, 2022, p. 1-13. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/978-3-030-91017-4.pdf?pdf=button>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PINKER, S. **How the Mind Works**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1997.

RAOULT, D. *et al.* Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial. **International Journal of Antimicrobial Agents**, v. 56, n. 1, 105949, jul. 2020. Disponível em: <https://www.elsevier.com/locate/ijantag>.

sciencedirect.com/science/article/pii/S0924857920300996. Acesso em: 12 mar. 2023.
<https://doi.org/10.1016/j.ijantimicag.2020.105949>.

REBOUL, A. Truthfully Misleading: Truth, Informativity, and Manipulation in Linguistic Communication. **Front. Commun.**, v. 6, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomm.2021.646820/full>. Acesso em: 25 mar. 2023. <https://doi.org/10.3389/fcomm.2021.646820>.

ROCCI, A.; DE SAUSSURE, L. **Verbal Communication**. Berlim: De Gruyter Mouton, 2016.

SATO, M. A propaganda e a publicidade de medicamentos e a informação ao consumidor. **Revista de Direito Sanitário**, 2002, v. 3, n. 3, p. 89-115. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/83839>. Acesso em: 15 fev. 2023. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9044.v3i3p89-115>.

SAYARE, S. He was a society star. Then he promoted a questionable cure for covid-19. **The New York Times**, Nova Iorque, 12 maio 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/05/12/magazine/didier-raoult-hydroxychloroquine.html>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SCHNEIDER, L. Chloroquine genius Didier Raoult to save the world from COVID-19. **For Better Science**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://forbetterscience.com/2020/03/26/chloroquine-genius-didier-raoult-to-save-the-world-from-covid-19/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SECAD. É seguro usar a cloroquina para tratar a covid-19? Infectologista **responde**, 2020. 1 vídeo (4min47s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M8qmYSGcJM4>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SCMED. **Anuário Estatístico do Mercado Farmacêutico**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/informes/anuario-estatistico-2019-versao-final.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SOUZA, H. **Apostila de Introdução à Farmácia**. Araguari, 2015. Disponível em: <https://www.unijales.edu.br/library/downebook/id:1498>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SOUZA, L.; PAGANI, L. **Para conhecer pragmática**. São Paulo: Contexto, 2022.

SPERBER, D. Anthropology and Psychology: towards an epidemiology of representations. **Man**, v. 20, n. 1, 1985, p. 73-89. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2802222>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SPERBER, D. The modularity of thought and the epidemiology of representations. *In*: HIRSCHFELD, L.; GELMAN, S. (Eds.). **Mapping the Mind**: Domain Specificity in Cognition and Culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 39-67.

SPERBER, D. **Explaining culture**: a naturalistic approach. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.

SPERBER, D. Metarepresentations in an evolutionary perspective. *In*: SPERBER. (Ed.). **Metarepresentations**: A Multidisciplinary Perspective. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 117-137. Disponível em: http://www.dan.sperber.fr/wp-content/uploads/2000_metarepresentations-in-an-evolutionary-perspective.pdf. Acesso em: 2 abr. 2023.

SPERBER, D. *et al.* Epistemic Vigilance. **Mind & Language**, v. 25, n. 4, p. 359-393, set. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0017.2010.01394.x>. Acesso em: 15 jun. 2022. <https://dx.doi.org/10.2307/2802222>.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance**: communication & cognition. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1995. (Trabalho original publicado em 1986).

VALENÇA, L. Bolsonaro diz que foi único chefe de Estado a ser contra isolamento social. **UOL**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/25/bolsonaro-diz-que-foi-unico-chefe-de-estado-a-ser-contrainisolamento-social.htm>. Acesso em: 22 jan. 2023.

VERSCHUEREN, J. **Understanding Pragmatics**. Londres: Edward Arnold; Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.

WATANABE, P.; PAMPLONA, N. Pacientes que usam hidroxiquina já não acham o remédio em farmácias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/pacientes-que-usam-hidroxiquina-ja-nao-acham-o-remedio-em-farmacias.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2023.

WHO. **Promoting rational use of medicines**. 2023. Disponível em: <https://www.who.int/activities/promoting-rational-use-of-medicines>. Acesso em: 15 fev. 2023.

WILSON, D. Metarepresentation in Linguistic Communication. *In*: SPERBER. (Ed.). **Metarepresentations**: A Multidisciplinary Perspective. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 411-448. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/244435273_Metarepresentation_in_Linguistic_Communication. Acesso em: 25 mar. 2023. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139028370.014>.

WILSON, D.; SPERBER, D. Teoria da Relevância. Tradução de: Fábio José Rauen e

Jane Rita Caetano da Silveira. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-268, 2005. Relevance Theory. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/download/287/301/305. Acesso em: 15 fev. 2023.

WILSON, D.; SPERBER, D. **Meaning and Relevance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Recebido em: 06 abr. 2023.

Aceito em: 21 jun. 2023.